



Opinião Econômica

Bráulio Borges

Mestre em teoria econômica pela FEA-USP,
é economista-sênior da LCA Consultores e
pesquisador-associado do FGV IBRE



Não fossem fatores internacionais, R\$/US\$ estaria próximo dos 5,60

Parece haver um movimento comum que explicaria parte da desvalorização do real

A cotação do R\$/US\$ chegou, nos últimos dias, em 6,30. Embora em termos nominais represente o maior valor já registrado, é preciso cuidado nesse tipo de comparação, já que tivemos inflação ao longo do tempo. Descontando a inflação do Brasil e dos EUA, esses 6,30 são semelhantes aos 5,60 atingidos logo após a eclosão da pandemia, em meados de 2020; mas ainda estão bastante abaixo do pico histórico, no final de 2002 (a preços de hoje, o R\$/US\$ tocou os 8,50 àquele momento).

Na média do regime de câmbio flutuante, de janeiro de 1999 até agora, a cotação do R\$/US\$ foi de cerca de 4,90, já descontada a inflação desse período. Portanto, a cotação de nossa moeda está,

hoje, bastante desvalorizada.

A depreciação do real desde o final de 2023, quando a cotação estava em torno de 4,90, chega a quase 30%. Trata-se de uma variação bastante acentuada, sem sombra de dúvida. Seria esse um movimento decorrente somente de fatores domésticos?

Uma forma de tentar responder a essa pergunta é pela observação do comportamento de outras moedas. O peso mexicano acumula desvalorização de cerca de 15% neste ano, ao passo que o dólar canadense e o won sul-coreano perderam cerca de 10% do valor. Com efeito, parece haver um movimento comum, que explicaria ao menos parte de nossa desvalorização.

De fato, esse fator comum

está associado ao fortalecimento do dólar norte-americano. Ao longo deste ano, ele ganhou cerca de 7% frente às principais moedas. Exercícios estatísticos apontam que cada 1% de valorização do dólar ante as moedas fortes gera uma depreciação de cerca de 2% do real. Assim, quase metade dos 30% de desvalorização de nossa moeda podem ser atribuídos a fatores internacionais (dólar e preços de commodities). Caso esses fatores não tivessem mudado ao longo de 2024, o R\$/US\$ estaria hoje próximo dos 5,60.

E o que mudou lá fora para gerar esse fortalecimento do dólar? Primeiro, a resiliência da atividade econômica e da inflação nos EUA, que levou o banco central deles a reavaliar a trajetória

de redução dos juros. Em segundo lugar, a vitória de Donald Trump, que vem sinalizando uma política econômica que poderá gerar ainda mais pressão inflacionária nos EUA e aumentar os déficits fiscais, empurrando o juro deles para cima.

O fortalecimento do dólar não é boa notícia para os emergentes: um estudo recente do FMI ("Emerging Market Economies Bear the Brunt of a Stronger Dollar") apontou que cada 10% de valorização do dólar norte-americano, caso seja permanente, reduz o crescimento do PIB dos emergentes em cerca de 1,9 p.p. um ano após esse choque.

O que o governo brasileiro pode fazer diante disso? No curto prazo, o Banco Central deve

evitar disfuncionalidade no mercado cambial, provendo liquidez -vendendo dólares-, como fez entre agosto e dezembro de 2019, quando vendeu quase US\$ 37 bilhões, e em 2020, com outros US\$ 25 bilhões. Vale notar que as reservas internacionais são elevadas e subiram (na métrica "ARA" do FMI, temos um excesso de cerca de US\$ 77 bilhões).

Contudo, o mais importante é atacar os fatores mais "fundamentais", que explicam a outra metade da desvalorização e estão associados à perda de credibilidade da política fiscal. Isso poderia ser feito recuando das decisões de revisar para baixo as metas fiscais de 2025 e 2026 e de propor a isenção de Imposto de Renda quem ganha até R\$ 5.000.



Crédito Consignado CLT

Para contratar, acesse o aplicativo Banrisul >> Empréstimos >> Empréstimos Consignados ou procure sua agência.



SAC 0800 646 1515 Ouvidoria 0800 644 2200

* Sujeito a análise de crédito.

Municípios restringem serviços no Rio Grande do Sul

/ COMBUSTÍVEIS

Ao menos 142 prefeituras do Rio Grande do Sul estão restringindo serviços públicos em razão de dificuldades para abastecer veículos com diesel, aponta levantamento divulgado pela Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (Famurs).

De acordo com a entidade, prefeitos estão priorizando o abastecimento de ambulâncias e outros serviços de saúde.

Serviços que exigem maquinário pesado, como obras, também estão sendo replanejados. "Essa situação tende a se agravar se nenhuma medida de garantia do abastecimento for tomada. Temos o risco de que isso afete o transporte escolar e o transporte de pacientes para outras cidades. Vamos levar esses dados ao governador e reforçar a necessidade de buscarmos alternativas para garantir o pleno funcionamento dos serviços. Precisamos de respostas efetivas, especial-



Prefeitos priorizam uso por ambulâncias e por outros serviços de saúde

mente por parte do governo federal", afirmou a presidente da Famurs e prefeita de Nonoai (RS), Adriane Perin de Oliveira. Nota técnica da Agência Nacional do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (ANP) diz que o mercado brasileiro passa hoje por "situação excepcional de risco" causada pela retração das importações após o início da guerra no Irã.

O conflito jogou pressão so-

bre os estoques existentes no país e sobre a Petrobras, principal fornecedora do mercado interno. Nos primeiros 17 dias de março, diz a agência, o volume de combustíveis importado caiu quase 60% em relação ao mesmo período do ano anterior.

O Brasil depende de importações para abastecer cerca de 30% do consumo de diesel e cerca de 10% do consumo de gasolina.

Entrega da declaração do Imposto de Renda 2026 inicia hoje

/ TRIBUTOS

Nesta segunda-feira inicia o prazo oficial para envio da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF) 2026. Os contribuintes terão até 29 de maio de 2026, às 23h59min59s (horário de Brasília), para encaminhar as informações. O envio pode ser realizado por meio do programa gerador da declaração, disponibilizado pela Receita, além das opções como o sistema online e o aplicativo Meu Imposto de Renda. A Instrução Normativa RFB nº 2.312, publicada pela Receita Federal, define quem está obrigado a declarar, os prazos de entrega, as formas de preenchimento e pagamento do imposto, além das penalidades para quem deixar de prestar contas ao Fisco dentro do prazo. Estão obrigados a apresentar a declaração os contribuintes que receberam, ao longo de 2025, rendimentos tributáveis superiores a R\$ 35.584.

Devem declarar também aqueles que obtiveram rendimentos isentos, não tributáveis ou tributados exclusivamente na fonte acima de R\$ 200 mil no período. A obrigatoriedade se estende ainda a quem realizou operações em bolsas de valores acima de R\$ 40 mil no ano ou que tenha registrado ganhos líquidos sujeitos à incidência do imposto. A Receita mantém a possibilidade de utilização da declaração pré-preenchida, que reúne dados recebidos de diferentes bases de informação do governo e de entidades privadas. Entre elas estão registros do eSocial, declarações de serviços médicos, informações de instituições financeiras, dados de operações imobiliárias e movimentações com criptoativos informadas ao Fisco. Quem perder o prazo ou deixar de apresentar a declaração, quando obrigado, estará sujeito a multa de 1% ao mês-calendário ou fração sobre o imposto devido, limitada a 20% do valor total.